

## O pensamento de Eugênio Gudín e a política

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Universidade Estadual Paulista (Unesp-Assis)

### **Resumo:**

O trabalho em questão busca contribuir para o entendimento do pensamento intelectual acerca de projetos políticos e sua relação com a construção de um conceito da dinâmica da História, através do contexto de debates constantes que apontavam a existência de diferentes interpretações sobre o passado, presente e futuro do Brasil. Nesse debate dois grupos de intelectuais se destacam principalmente nas décadas de 1950 e 1960, liberais e desenvolvimentistas. Como liderança liberal Eugênio Gudín se destacou nos estudos de economia desde a década de 1920, fora considerado o referencial do pensamento liberal brasileiro ao longo do século XX, sua trajetória fora marcada pela defesa da liberdade econômica, e ao longo dos debates desenvolve não só uma perspectiva econômica da realidade brasileira, mas também transparece suas concepções acerca da dinâmica histórica. O entendimento dessas concepções será de suma importância para a compreensão de sua defesa ao processo que leva os militares assumirem o poder do Estado em 1964. Seus artigos jornalísticos demonstram o argumento basilar para a defesa da intervenção militar, repensando o sentido da democracia no Brasil, suas limitações, e ressaltando a falta de educação política para que a democracia se desenvolvesse como uma instituição legítima e natural, sendo assim a necessidade de uma interferência militar para assegurar a propriedade privada seria fundamental para que no futuro a liberdade política surgisse de forma definitiva.

**Palavras-chave:** Gudín; história; democracia.

Grande parte da historiografia aponta que o período de 1961 a 1964, em que João Goulart esteve no poder, se cristalizou pela intensificação da luta de classes no Brasil. Um exemplo se expressa na análise clássica que

Gorender compartilha que vigorou em grande parte do cenário acadêmico influenciado pelas escritas marxistas, de que nunca houvera na história do Brasil um momento mais propício para o acontecimento da revolução socialista.

Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classe, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.(GORENDER, 1987, p.66-67).

Gorender aponta que 1963 representou o ano em que PCB viveu um momento de grande força, provavelmente nunca visto em sua história. Porém a liderança do partido, aliando-se ao governo de Goulart, negligencia os aspectos de seu do governo, que outrora a esquerda acreditava serem negativos. Havia uma grande esperança no governo de João Goulart, visto acreditar-se que as reformas de base: reforma agrária, reforma tributária, reformas fiscais e a implantação de uma legislação antitruste, prometidas em sua campanha, seriam implantadas.

Trata-se de um movimento de organização de várias frentes de protestos, que se aglutinaram em forma de frentes. Era um momento de unificação das forças de esquerda. A diversidade de movimentos antiimperialistas e democráticos levou à constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP). Esta se tornou o centro de encontro, debate e aglutinação de partidos políticos e frações partidárias, sindicatos e organizações intersindicais, entidades setoriais de estudantes, mulheres, profissionais liberais, etc.

A bandeira unificadora do movimento organizados e informais era a luta pelas reforma de base. Não se chegou a um programa único aprovado pelas várias correntes, porém havia pontos de consenso reiterados. Falava-se em reformas

econômicas, tributária, administrativa, universitária, urbana.”  
(GORENDER, 1987, p.50).

O agravamento das crises que o país vivia tanto no campo econômico quanto político era reflexo de inúmeras ações políticas de expansão monetária que elaboraram um contexto de altos índices de inflação, gerando estagnação do crescimento econômico. Um plano que fora elaborado na busca de sanar, principalmente o problema da inflação, através de cortes nos gastos estatais, fora o Plano Trienal, de Celso Furtado, então ministro. Porém o plano significava um elemento que fortaleceria a restauração do presidencialismo. Esse plano fora combatido pelo PCB e CGT, pois não correspondia com o plano de reforma de base. Mas o aumento do índice de inflação fora um dos elementos que deflagraram o fracasso do mesmo. Neste contexto de crise estes movimentos políticos se articulavam de forma crescente. Segundo Toledo (2004), o sindicalismo entre 1961-1963, alcançava um de seus momentos de intensa atividade. Observa-se que enquanto de 1958 a 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, ocorreram cerca de 180 greves, no período de 1961 a 1963, com Goulart foram mais de 430 greves. Destaca-se o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), criado em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, com o propósito de organizar e dirigir os sindicatos nacionais.

Uma das reformas mais esperadas e reivindicadas pelos movimentos de contestação, fora a reforma agrária. A reforma agrária foi uma das propostas mais polêmicas, várias vezes os projetos eram barrados no congresso, a coesão oposicionista das bancadas do PSD e da UDN chegava a 90%. (ROCHA, 2008)

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista. (GORENDER, 1987, p.51)

Outro elemento de agravamento da crise política fora os movimentos que acontecera, no seio do poder militar, em 1963 sargentos da Aeronáutica e Marinha se revoltaram, o motim fora controlado, porém em março de 1964 greves e manifestações de marinheiros fizeram com que outros desobedecessem às ordens do Ministro da Marinha de prender os revoltados haja vista a resistência no cumprimento das ordens, o presidente escolheu exonerar do cargo o ministro e substituí-lo por um dos três nomes apresentados pelos rebelados. (ROCHA, 2008)

Nos anos que antecederam o Golpe de 1964, o governo de Goulart fora várias vezes acusado de organizar um futuro golpe esquerdista comunista. Em março de 64, jornais noticiavam boatos de haverem articulações entre o PCB, CGT e outras forças políticas nacionalistas, para uma preparação para um golpe. (ROCHA, 2008).

Para Gudin a iminência de uma revolução socialista era real, o “perigo era real”. Os Estados marxistas, na concepção de Gudin, não reconhecem o estado de direito e suas atribuições para a organização das instituições, não reconhecem o Direito Internacional, mas se utilizam do mesmo quando ele lhes convém.

Gudin constata no comunismo em Cuba as pretensões de se instaurar em toda a América Latina. Para Gudin a sociedade brasileira era fundada em princípios cristãos e democráticos e não seria de forma conivente que esta iria aceitar um Estado comunista no Brasil.

Foi na crista de uma onda de confusão, de balbúrdia e de anarquia como essa que João Goulart e seus cúmplices tentaram há cinco anos levar-nos ao caos pré-comunista. Quanto aos verdadeiros desígnios de Goulart e de seu grupo, ninguém sabe exatamente quais eram \_\_\_ e é possível que eles também não soubessem\_\_\_, mas é bem certo que em poucos meses estaríamos perfeitamente integrados no mais autêntico Fidel Castrismo. (GUDIN, 1970, p.51).

Sendo assim, o economista em questão se posiciona como um dos invocadores da revolução, e seu instrumento para essa ação era a imprensa, seus artigos jornalísticos, e diz isso com suas palavras.

Numa idade em que as aspirações já não existem, digo pois, sem falsa modéstia, que não me arrependo um só instante da violenta campanha jornalística com que nos anos de 62,63 e 64 procurei conclamar as Forças Armadas à Revolução que ora comemora seu 5º aniversário. (GUDIN, 1970, p.106).

Em um de seus artigos, em 1969, Gudin faz uma retrospectiva de seus artigos e do que eles apontavam antes do regime militar.

... Em artigos que se prolongaram de 1962 a março de 1964, procurei alertar a Nação, em linguagem contundente e angustiada, para o abismo em que ela se projetava. Exemplo: em 3 de janeiro de 1964, eu escrevi:

Temos tido governantes inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas

oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na república ou no império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado.. (GUDIN, 1970, p.108)

Assim seus artigos, que refletem seu discurso, ganham um “tom” diferente, Gudín não se vê mais como um oponente, ou adversário, como muitas vezes se posicionava ao criticar os governos desenvolvimentistas, agora Gudín se coloca como uma figura de “conselheiro” que adverte seus companheiros, como observa Maria Angélica Borges (1996).

No trecho a seguir, de um artigo de março de 1968, observa-se claramente o conceito que Gudín tinha do Golpe de 1964 e sua utilidade.

A Revolução de 1964 foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo primordial da Revolução foi portanto o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica. (GUDIN, 1970, p.84).

Grande parte da historiografia defende a tese de que Gudín fora um dos grandes intelectuais da revolução militar, como se visualiza com Carneiro.

Foi Eugênio Gudín um dos mais destacados pregadores da revolução de 31 de março de 1964. Os artigos que escreveu sobre a situação em que se achava então o país exerceram forte influência na opinião pública, alarmada com a desordem que dia a dia se acentuava. Os índices de uma inflação galopante e a indisciplina generalizada levaram-no a apoiar a instituição de um governo militar... (CARNEIRO IN KAFKA, 1979, p.15-16)

Após o golpe militar há o rompimento com a democracia, sendo Gudin um liberal, que tem como um dos pilares de sua teoria a democracia, como esse tratará essa questão torna-se um elemento importante para que possa ser analisado o ideário Gudiniano frente a essa situação que aparentemente pode ser vista como contraditória.

O conceito de democracia em Gudin guardava estreita relação com a ideia de liberdade e de causa de longo prazo: "... Um Estado democrático tem, portanto, a liberdade dos cidadãos como causa final, não podendo ter em vista outro objetivo mais nobre que a garantia e a manutenção das liberdades e franquias dos cidadãos." (TORRES, 1949, p.9)

Primeiramente, é importante salientar que Gudin traz às suas análises um fator inovador para seu contexto, seu liberalismo era tido como um liberalismo "tupiniquim", pois partiria das ideias clássicas de Adam Smith (1983), mas explicava a realidade peculiar do Brasil. Sendo assim, ele sempre em suas análises tinha o cuidado de não comparar o Brasil a realidades diferentes, como de países que possuíam pré-condições para o estabelecimento e sucesso das instituições liberais. Com isso ele acreditava ser o Brasil um país despreparado para o desenvolvimento bem sucedido da democracia, e isso o economista mostra em vários artigos, após 1964.

Desde a República a partir de 1889 se visualizou uma oligarquia que governou o país durante 40 anos, tendo em vista o vasto território brasileiro e a falta de educação política, esse sistema resolveu seu problemas e se constata na visão do economista, que nenhum presidente deixou de exercer seu mandato, visto seus objetivos, Gudin acreditava que o regime não fora falho.

Uma das bases para se compreender a defesa de Gudin ao regime militar esta em sua concepção do que move a história, do que seria o motor da história. Essa concepção em Gudin esta clara em uma obra do autor de 1943 “Para um mundo melhor: ensaios sobre o problema de após-guerra” em que o autor analisa o fenômeno do nazismo, e a figura de Hitler, e o que ele chama de “hitlerismo”, a partir de uma perspectiva que historicamente poderia ser compreendida. “...Explicar Hitler como um fenômeno de determinismo social e econômico seria assimilá-lo a um simples mortal e despojá-lo da aureola de mística divinatória e de intuição sobrenatural.” (GUDIN, 1943,p.9)

Segundo Gudin a crise econômica decorrente da grave inflação existente entre os anos de 1919 e 1923, na Alemanha, somadas a falta de condições favoráveis a bases sólidas para o estabelecimento de um regime democrático no país, forneceram as bases para o surgimento do governo de Hitler. O autor cita as palavras de Turroni “... Hitler é o filho adotivo da inflação”. (GUDIN, 1943, p.13)

Gudin busca desmistificar a ideia do determinismo histórico, de que a Hitler, ou a crise na Alemanha, ou “hitlerismo”, ocorreria de qualquer forma, em qualquer outra nação sob as mesmas circunstâncias. Para Gudin a ação de Hitler foi fundamental para a crise da Alemanha, suas escolhas, sua intervenção na economia e política afetaram os rumos da história, não havia uma conjuntura macro pré-estabelecida, mas um Estado com supra poderes, representado por um indivíduo.

A interpretação determinista de Hitler é um simples epifenômeno. O seu advento apenas apressou a eclosão de uma nova guerra. Sem Hitler é provável que a Alemanha só tivesse desencadeado nova guerra dentro de mais dez ou vinte anos. Mas era sempre a mesma Alemanha de Wotan e de Siegfried. (GUDIN, 1943, p.16).

Porém o cerne da questão em Gudin, em suas concepções acerca do movimento da história, estaria nas ideias. Para entender a Alemanha o autor resgata os pensadores ilustres alemães, seus conceitos, moral, ideias.



Gudin visualiza um caráter típico do alemão presente em Lutero, Kant, esse dualismo, do espiritual e do material; do dever moral e da liberdade moral. “... A marca distinta do alemão está nessa conjunção de um idealismo consciente com uma inigualável eficiência técnica e capacidade de organização nos vários campos de ação prática...” (GUDIN, 1943,p.25)

Hegel fora outro formador da “consciência alemã”, termo usado pelo autor. Para Hegel a guerra é o caminho inerente da nação triunfante, rumo ao topo da civilização. “...A História é a marcha de Deus na Terra, através do tempo. Só uma nação, de cada vez, pode ser a última e portanto a mais completa realização de Deus. A guerra é a manifestação visível desse voo do espírito divino em seu movimento para a frente. A guerra é a realização explícita da negação através a qual se vem a formar a nova síntese.”(GUDIN, 1943,p.26).

“O século XIX, cujo primeiro quartel conheceu Goethe, Kant, Hegel e Fichte, foi o século da formação da unidade alemã sob o comando da Prússia. E como Goethe, glória do pensamento universal, não podia suprir o arsenal de metafísica armada de que carecia a Prússia para seus objetivos políticos, ela amoldou a filosofia de Kant a seu sabor e sincronizou a metafísica abstrusa de Hegel e de Fichte com o culto de Wotan e de Siegfried. Heine dizia que cada povo procura a doutrina filosófica que convém a seus objetivos.”(GUDIN, 1943,p.28).

Voltando ao cerne do conceito de História para Gudin, é necessário entender como o autor lia a história, e ao observar a História da Alemanha, em 1943, buscando compreender o fenômeno do nazismo e a própria figura de Hitler, Gudin traça uma análise pautada na verificação da herança filosófica alemã, dando assim privilégio para as ideias, como um dos elementos norteadores e formatadores de um caráter social, que não só aceitou a figura de Hitler, mas o produziu.

“Hitler é um homem sem cultura (cultura no nosso sentido e não no sentido alemão de kultur que é muito diverso) cujas relações espirituais com Kant, Hegel e Fichte devem ter sido superficiais senão inexistentes. Mas as esperanças que ele exaltou, os desejos e ambições que ele despertou, eram como que o eco do sentimento íntimo da alma, da crença e dos anseios do povo alemão. Este sentimento é produto da infiltração dos ensinamentos dos filósofos germânicos nas atitudes e nos hábitos populares e é isto que explica a extrema

receptividade que o povo alemão demonstrou pela nova metafísica armada de Hitler.”p.28-29

Para Gudin as ideias possuem um papel fundamental na história de uma sociedade, elas podem alterar o progresso natural e espontâneo da riqueza. Cada contexto histórico e cultural está alheio às ideias que podem acelerar ou retardar esse processo, sendo assim Hitler é fruto de uma sociedade elaborada por ideias que valorizam esse poder central e planejador, que o levantou e o legitimou no poder.

Entender, pois essa concepção de movimento da História em Gudin é essencial para compreendermos as razões que fizeram o economista defender o regime militar até sua morte, mesmo aguardando ansiosamente pela democracia. Gudin acreditava que faltavam ideias que sustentassem e legitimassem um governo democrático liberal no Brasil, pois os brasileiros possuíam uma cultura que ele denominou de “falta de educação política”, problema central causador do subdesenvolvimento.

...o grande problema político dos países da América Latina reside na incapacidade e na inexperiência para o pleno exercício do sistema democrático. A falta de ideologias definidas dos partidos, o caráter mais personalista do que público das divergências e dos debates, fazem com que as disputas, agravadas pelas paixões e os interesses, conduzam por vezes esses países a situações que põem em perigo a ordem pública civil e militar... (GUDIN, 1970, p.67).

Em muitos de seus artigos fica evidente suas denúncias acerca da falta de investimento na educação brasileira e o que isso gerava para a nação em termos de desenvolvimento intelectual da sociedade, elemento essencial para o fortalecimento das instituições democráticas.

A democracia apesar de ser um dos pilares da teoria liberal, se torna dentro do discurso de Gudin um elemento a ser agregado, mas não o principal, o fim era o desenvolvimento nacional, os meios poderiam passar pela democracia ou não. O importante para ele era que os meios estivessem norteados pelo ideário da liberdade de comércio, que desenvolveria a riqueza

em toda a nação, para um único propósito, o desenvolvimento do Brasil uma nação subdesenvolvida, pobre e com uma economia frágil, na visão de Gudin. Para o economista o desenvolvimento não dependia da democracia, com ela o Brasil não havia conquistado o avanço, portanto sacrificá-la não impediria o cumprimento do fim desejado. É importante salientar que o conceito de liberdade nesse momento ganha uma conotação carregada por seu contexto.

Essa concepção de liberdade em Gudin somente pode ser entendida na perspectiva de que a democracia é bem sucedida se for com base na liberdade maior, que seria a liberdade econômica, a sustentação da propriedade privada.

Não pode haver liberdades civis nem democracia onde o governo é economicamente onipotente. Capitalismo, diz muito bem o articulista, é apenas o nome de um sistema de liberdade econômica. Em regime predominantemente socialista, não pode haver liberdade econômica, nem liberdade política. (GUDIN, 1970, p.19).

## REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Angélica. **Eugenio Gudin: capitalismo e neoliberalismo**. SP, Bienal/Educ, 1996.

CARNEIRO IN: KAFKA, A., et al. Eugênio Gudin visto por seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 1987.

GUDIN, Eugênio. **Para um mundo melhor: ensaios sobre o problema de após-guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

\_\_\_\_\_. Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

ROCHA, N. R. **A Economia Política Clássica no Brasil**: o pensamento inovador de Eugênio Gudín. 152p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2008.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A libertação do Liberalismo**: Política. Rio de Janeiro: Livraria- Ed. Da Casa do Estudante do Brasil, 1949.